

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA

EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO:

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



A INSTITUIÇÃO DO PRINCÍPIO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB NO PERÍODO DE 1997-2015

M^a Valquíria de V. Cordeiro (PPGE/UFCEG)

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que se propõe a estudar a instituição do princípio constitucional da gestão democrática, mais detidamente no município de São Vicente do Seridó/PB. A problemática dessa pesquisa consiste em analisar como a gestão da educação deste município se organizou no período de 1997 a 2015 para atender as mudanças na política educacional quanto ao princípio de gestão democrática. A partir desse questionamento, foi traçado como objetivo geral: analisar de que modo a Secretaria Municipal de Educação de São Vicente do Seridó-PB se organizou no período de 1997 a 2015, do ponto de vista legal e normativo, para implantar o princípio de gestão democrática. Como objetivos específicos: Compreender os debates em torno da democratização e da gestão democrática da educação pública no Brasil a partir dos anos de 1980; conhecer a organização da gestão educacional do município estudado; identificar os elementos e mecanismos de gestão democrática presentes na rede de ensino investigada e refletir a cerca dos principais desafios para a construção da gestão democrática na rede municipal pesquisada.

A opção feita pelo estudo da gestão da educação municipal decorre da articulação das dimensões teórica e prática na minha práxis social e educativa no Município, onde atuo como profissional da educação básica. A curiosidade que me moveu em torno da gestão democrática surgiu quando ingressei no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, em 2012, comecei a articular os novos conhecimentos, com a realidade marcada pela ausência de participação e precariedade do ensino no município. Tal situação fez emergir uma série de questionamentos sobre a efetivação da democratização da educação. O foco deste estudo é a democratização da gestão da educação municipal, privilegiando a instituição de leis e normas que visam instituir a gestão democrática no que tange a efetiva participação da sociedade civil na definição e controle das políticas educacionais do município. A investigação parte do pressuposto de que a democratização da sociedade e da educação, não é dada, não é uma ação pronta e acabada, mas é essencialmente um processo histórico, que depende da ação dos sujeitos, e seu do nível de organização (BEDÊ, 1993).

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



A realidade educacional de São Vicente do Seridó-PB, está sendo estudada nesta pesquisa, como parte de um todo, “de um complexo de relações econômicas, políticas e administrativas, que só aparentemente produz uma dicotomia entre poderes locais e o poder central” (ROSAR, 1997, p. 07). O trabalho busca discutir o objeto a partir de uma análise histórico-crítico dos processos de democratização da sociedade e da educação brasileira desde os anos finais da ditadura civil militar e da aprovação da Constituição Federal de 1988. O contexto dos embates políticos que marcaram os anos de 1990 e décadas iniciais dos anos 2000 pela reforma do Estado, fundamentada no neoliberalismo que redimensiona o papel do Estado e da educação ao desenvolvimento econômico. Estudará também as contradições e conflitos que permeiam os processos de constituição ou não de democratização do ensino público nas redes e sistemas de ensino municipais, mais especificamente, a realidade da educação do Município estudado. Para compreender o objeto estudado foi adotada como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, o levantamento e análise de documentos e a entrevista semi-estruturada.

Pretende-se alcançar a historicidade do objeto, situando-o nos processos de transformação da sociedade brasileira compreendendo que “a democracia, mesmo em sua forma imperfeita como a que existe nos capitalismo democráticos, caracteriza-se por uma dinâmica inclusionista que se contrapõe às tendências segmentadoras e marginalizantes dos mercados” (BORON, 2000, 173). Constitui-se como uma construção da classe trabalhadora na sociedade capitalista num processo de luta, de ir e vir como construção coletiva, quede acordo com Lima (2013), só pode ganhar uma dimensão de um projeto social e amplo, se tiver como base mecanismos de transformação. A efetividade da gestão democrática conforme este autor está pautada nas mobilizações, nas lutas conjuntas, na sociedade organizada.

Lima (2013) enfatiza que pensar que a gestão democrática é obra de lideranças bem intencionadas é acreditar em uma forma autocrática de democracia, portanto, “uma forma autoritária de democracia”, na qual, seus postulados estão hierarquizados, padronizados, organizados e dirigidos. Conforme o autor, a gestão democrática inclui, em si, postulados conflitais. Ou seja, gestão democrática não pode ser reduzida a uma dimensão instituída, ela é sempre instituinte e instituída ao mesmo tempo. Além disso, acrescenta que, enquanto campo de possibilidades a gestão democrática só se configura se articulada a partir do modelo democrático-participativo, o que significa superar a perspectiva meramente representativa que

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA

EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO:

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12 / 12 / 2018



as eleições, os colegiados e as demais formas de manifestações e organizações “participativas” foram ganhando nas décadas de 1990 e 2000.

Entendemos que a realidade local integra uma realidade maior, e mais complexa, que mesmo guardando sua individualidade, suas especificidades, reflete em sua estrutura e organização características dessa realidade mais ampla e mais complexa. Desse modo, para compreender a dinâmica local, é preciso antes, compreender a realidade em que esta se encontra inserida como parte de “uma totalidade articulada, construída e em construção” (GAMBOA, 2007, p. 35). Este estudo busca apreender o município em suas singularidades, mas considerando os condicionantes políticos, sociais e econômicos que determinam como parte de uma estrutura social mais ampla.

A compreensão da educação pública como parte de uma totalidade histórica, marcada pelas contradições que constituem a sociedade capitalista e por sua historicidade a escola assumi, de acordo com Oliveira (2003), funções específica como espaço de socialização, e, conseqüentemente de regulação social, nesse contexto, entendemos que a educação escolar, em seu sentido mais amplo, está envolvida em permanente tensão. Sendo a escola, um espaço privilegiado de regulação do Estado, encontra-se diante do eterno conflito entre sua identidade como espaço de política pública e condição geral de produção.

A escola pública em todo o mundo, e no Brasil, cumpre um importante papel de agencia estatal e não rara às vezes, é a única representação de poder público em determinados espaços geográficos. Conceber a educação como política pública no capitalismo, implica necessariamente, compreendermos a gestão dessa sociedade por um Estado que possui relativa autonomia e no reconhecimento de que há nessa sociedade espaços hegemônicos do capital e, por vez, a possibilidade de contra hegemonia e, assim, a educação se configura como espaço em constante disputa(OLIVEIRA, 2003).

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 02 de out. 2012.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA

EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO:

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 26 de jun. de 2013.

BEDÊ. Waldyr Amaral. Estrutura e funcionamento do Órgão Municipal de Educação. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Município e Educação**. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília-DF: Instituto de Desenvolvimento de Educação Municipal, 1993.

FELIX ROSAR, Maria de Fátima. A municipalização como estratégia de descentralização e desconstrução do sistema brasileiro. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade(org). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 4 ed. Petropolis-RJ: Vozes. 1997.

BORON. Atílio Alberto. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal: In: SADER, E; GENTILLI, P. (Org). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 2000b.

CAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chápeco, Argos, 2007.

LIMA. Antônio Bosco. Adeus à gestão (escolar) democrática. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.27-50, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2013v1n1p27>> . Acesso em: 23. Out. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.